

RECLAMAÇÃO Nº 37.352 - RS (2019/0034443-8)

RECLAMANTE : CARLOS ROBERTO SCHAIDT KNEWITZ
ADVOGADOS : MARCOS EDUARDO NONDILO - RS033021
ANA PAULA NUNES DIAS - RS0032217
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
INTERES. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de Reclamação, com pedido de liminar, formulada por CARLOS ROBERTO SCHAIDT KNEWITZ, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do sul, abaixo ementado, *verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL. PRECATÓRIO. CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR. CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE EQUÍVOCO NA REALIZAÇÃO DO CÁLCULO DOS JUROS MORATÓRIOS. OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS PREVISTOS NO ATO DA PRESIDÊNCIA N. 023/2017 INVIABILIDADE DE OBTENÇÃO DE PAGAMENTO PREFERENCIAL EM RAZÃO DO CARÁTER ALIMENTAR DO CREDITO CONCOMITANTEMENTE À APURAÇÃO DOS JUROS DE ACORDO COM A REGRA ESTABELECIDA AOS CRÉDITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. UNÂNIME.

O presente feito decorre de execução de título judicial, tendo o reclamante recebido parcela do crédito em ordem preferencial, nos termos do art. 100, §2º da Constituição Federal.

Sobreveio impugnação do reclamante sobre o valor pago, alegando que lhe era devida a aplicação de juros de 1% ao mês, e não de 0,5% ao mês, sob o argumento se tratar de crédito de natureza tributária.

Indeferida a impugnação foi interposto agravo regimental para o Tribunal Pleno do TJRG, ocasião em que pleiteou a aplicação do IPCA-E, ao invés da TR, na atualização monetária. Reforçou ainda a necessidade da incidência de juros de mora no percentual de 1% ao mês.

No julgamento encimado, o Tribunal a quo, entendeu que a questão da incorreção dos índices de atualização monetária não fizeram parte da impugnação enfitada, sendo portanto inovação processual vedada no âmbito recursal.

No tocante aos juros moratórios, o Tribunal de origem considerou que a taxa de 1% ao mês não seria aplicável aos créditos alimentares, "como

classificado o presente na requisição de pagamento".

Observou-se, ademais:

Ainda que a natureza do crédito, *in casu*, seja evidentemente tributária, o cálculo foi efetuado levando-se em consideração o caráter alimentar conferido à requisição de pagamento encaminhada pelo Juízo da execução, conforme disposto no artigo 36, inciso II, alíneas "a", "b" e "c", e inciso IV, do Ato nº 023/2017-P, com as alterações dadas pelo Ato nº 034/2017-P, que, por oportuno, reproduzo:

(...)

II - PRECATÓRIOS REMUNERATÓRIOS:

A) OS JUROS SERÃO SEMPRE DE 0.5% (MEIO POR CENTO) AO MES SEJA COM BASE NO ARTIGO 1 062 DO CODIGO CIVIL DE 1916, SEJA EM DECORRÊNCIA DA REDAÇÃO DADA AO ARTIGO 1º-F DA LEI N. 9 494/97 POR OCASIÃO DA EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 2180-35/01 OU, POR FIM, POR FORÇA DA EMENDA CONSTITUCIONAL ? 62/09;

(...)

Assim, o cálculo de fl. 38 - objeto da impugnação de fls. 42/43 e do presente agravo regimental - incluiu juros moratórios à taxa de 0,5% ao mês a contar do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao da inscrição, exatamente como preveem os mencionados dispositivos do Ato nº 023/2017-P, não havendo que se falar, pois, em adoção equivocada de critérios para a apuração dos juros.

Ressalta-se, por oportuno, a ausência de coerência na pretensão do ora agravante, haja vista objetivar a conservação da natureza alimentar do crédito - beneficiando-se do pagamento preferencial por idade, segundo previsão inserta no § 2º do artigo 100 da Constituição Federal⁴ -, e, ao revés, a adoção de taxa de juros moratórios de acordo com a regra estabelecida para créditos de índole tributária, em evidente distorção à forma de pagamentos dos precatórios.

O reclamante alega, em síntese, que a decisão acima referida teria contrariado a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, especificamente do REsp 1.495.146/MG, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, Tema 905.

Aponta ainda divergência da decisão encimada com a proferida no REsp 938.175/RS.

Pugna pela procedência do pedido com a reforma da decisão impugnada.

É o relatório. Decido.

Conforme previsão dos arts. 105, I, f, da Constituição da República, e 187, do RISTJ, a Reclamação dirigida a esta Corte tem cabimento para preservar sua competência ou assegurar a autoridade de suas decisões.

Já o art. 988 do CPC/2015, prevê a reclamação como meio de preservar a competência do tribunal, garantir a autoridade de suas decisões e,

ainda, "garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência".

Na hipótese dos autos o Tribunal *a quo*, na decisão reclamada, explicita que o pagamento do precatório em ordem preferencial diante do caráter alimentar está de acordo com a previsão contida no Ato normativo daquele Sodalício, que por sua vez se encontra em consonância com resolução do CNJ e com as decisões proferidas nas ADIs 4357 e 4425, do STF.

O acórdão proferido no julgamento do recurso especial repetitivo n. 1.495.146/MG, não disciplina a referida situação, não sendo por isso paradigma hábil para a demonstração perquerida pelo reclamante.

Por sua vez, em recente decisão, o STF deferiu efeito suspensivo aos Embargos de Declaração, impossibilitando a imediata aplicação do *decisum* emanado do Tema 810 antes da apreciação pela Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, consoante a ementa abaixo ementada:

DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/1997 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. TEMA 810 DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ARTIGO 1.026, § 1º, DO CPC/2015. DEFERIMENTO.

(...)

In casu, sustentam os entes federativos embargantes, em apertada síntese, padecer o *decisum* embargado de omissão e contradição, em face da ausência de modulação de seus efeitos, vindo a sua imediata aplicação pelas instâncias a quo a dar causa a um cenário de insegurança jurídica, com risco de dano grave ao erário, ante a possibilidade do pagamento pela Fazenda Pública de valores a maior.

Pois bem, apresenta-se relevante a fundamentação expendida pelos entes federativos embargantes no que concerne à modulação temporal dos efeitos do acórdão embargado, mormente quando observado tratar-se a modulação de instrumento voltado à acomodação otimizada entre o princípio da nulidade de leis inconstitucionais e outros valores constitucionais relevantes, como a segurança jurídica e a proteção da confiança legítima.

Encontra-se igualmente demonstrada, in casu, a efetiva existência de risco de dano grave ao erário em caso de não concessão do efeito suspensivo pleiteado.

(...)

Desse modo, a imediata aplicação do *decisum* embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela

Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas.

Ex positis, DEFIRO excepcionalmente efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelos entes federativos estaduais, com fundamento no artigo 1.026, §1º, do CPC/2015 c/c o artigo 21, V, do RISTF.

Publique-se.

(ED, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 24/09/2018, publicado em processo eletrônico DJe-204 Divulg 25/09/2018 Public 26/09/2018)

Não se enquadrando a presente reclamação em nenhuma das hipóteses de cabimento acima identificadas, fica evidenciado o intuito da utilização da reclamatória como sucedâneo do recurso próprio, não sendo viável tal desiderato neste estreito conduto.

Neste mesmo panorama, cito os julgados: RCl 025649/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 07/12/2015; Rcl 025683/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 23/09/2015 e Rcl 026154/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 08/10/2015.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, do RISTJ, não conheço da Reclamação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 07 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator